



# Guáira Transmissora de Energia Ltda.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025  
e relatório do auditor independente**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Guaíra Transmissora de Energia Ltda.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Guaíra Transmissora de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração



Guaira Transmissora de Energia Ltda.

das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.



Guaíra Transmissora de Energia Ltda.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de março de 2026

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-6

Gabriel Pintarelli Fialho  
Contador CRC 1PR066300/O-1

**GUAÍRA TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
 (Em milhares de Reais)

**ATIVO**

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b><u>CIRCULANTE</u></b>		<b><u>34.436</u></b>	<b><u>41.046</u></b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	501	7.630
Clientes	5	1.258	1.253
Imposto a Recuperar	6	161	232
Estoques	7	1.577	1.577
Despesas Antecipadas		152	105
Ativo da Concessão	8	30.787	30.249
<b><u>NÃO-CIRCULANTE</u></b>		<b><u>107.999</u></b>	<b><u>113.455</u></b>
<b>Ativo da Concessão</b>	8	<b>107.915</b>	<b>113.337</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>3</b>	<b>3</b>
<b>Intangível</b>	9	<b>81</b>	<b>115</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b><u>142.435</u></b>	<b><u>154.501</u></b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**GUAÍRA TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
(Em milhares de Reais)

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.625</b>	<b>6.920</b>
Fornecedores	10	244	257
Obrigações Fiscais	11	583	524
Obrigações com Acionistas	12	-	5.545
Outras Obrigações	13	798	594
<b><u>NÃO-CIRCULANTE</u></b>		<b>9.335</b>	<b>9.663</b>
Obrigações Fiscais Diferidas	14	9.335	9.663
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	15	<b>131.475</b>	<b>137.918</b>
Capital Social		85.000	85.000
Reserva de Lucros		46.475	52.918
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>142.435</b>	<b>154.501</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**GUAÍRA TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
**ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
 (Em milhares de Reais, Exceto Lucro por Quota)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Remuneração dos ativos da concessão, líquida</b>	16	<b>35.722</b>	<b>33.125</b>
(-) Custos Operacionais	17	(5.335)	(2.745)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>30.387</b>	<b>30.380</b>
<i>Receitas (Despesas) Operacionais</i>		<u>(422)</u>	<u>(228)</u>
Gerais e Administrativas	18	(422)	(228)
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>29.965</b>	<b>30.152</b>
<i>Resultado Financeiro</i>	19	<u>114</u>	<u>149</u>
Receitas Financeiras		617	687
Despesas Financeiras		(503)	(538)
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>30.079</b>	<b>30.301</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(1.461)	(1.470)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		151	163
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<u><b>28.769</b></u>	<u><b>28.994</b></u>
<b>Lucro por Quota:</b>		<b>0,34</b>	<b>0,34</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**GUAÍRA TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO**  
**ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>28.769</b>	<b>28.994</b>
Outros Resultados abrangentes reclassificados para exercício em períodos subsequentes		
Total de Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>28.769</b>	<b>28.994</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**GUAÍRA TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros à disposição dos Quotistas	Lucros / Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>85.000</b>	<b>3.107</b>	<b>40.223</b>	<b>-</b>	<b>128.330</b>
Dividendos Complementares - AGO	-	-	(19.406)	-	(19.406)
Reversão Reserva Legal	-	(3.107)	3.107	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	28.994	28.994
Lucros à Disposição dos Quotistas	-	-	28.994	(28.994)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>85.000</b>	<b>-</b>	<b>52.918</b>	<b>-</b>	<b>137.918</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	28.769	28.769
Lucros à Disposição dos Quotistas	-	-	28.769	(28.769)	-
Distribuição de Lucro	-	-	(35.212)	-	(35.212)
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>85.000</b>	<b>-</b>	<b>46.475</b>	<b>-</b>	<b>131.475</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**GUAÍRA TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**MÉTODO INDIRETO**  
(Em milhares de Reais)

<b>DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	30.079	30.301
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	34	35
Obrigações Fiscais Diferidas	(177)	(195)
Ativo da Concessão	4.884	5.321
<b>Resultado Líquido do Exercício Ajustado</b>	<b>34.820</b>	<b>35.462</b>
Clientes	(5)	(623)
Imposto a Recuperar	71	(20)
Estoques	-	(811)
Outros Créditos	-	205
Despesas Antecipadas	(47)	(5)
<b>(Aumento) ou Diminuição do Ativo</b>	<b>19</b>	<b>(1.254)</b>
Fornecedores	(13)	(140)
Obrigações Fiscais	(1.402)	(1.456)
Outras Obrigações	204	185
<b>Aumento ou (Diminuição) do Passivo</b>	<b>(1.211)</b>	<b>(1.411)</b>
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>33.628</b>	<b>32.797</b>
<b>DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos Pagos	(40.757)	(26.001)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento</b>	<b>(40.757)</b>	<b>(26.001)</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(7.129)</b>	<b>6.796</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>7.630</b>	<b>834</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>501</b>	<b>7.630</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## **GUAÍRA TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**

#### **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### **NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Guáira Transmissora de Energia Ltda. iniciou suas atividades em 19 de junho de 2017, está registrada no CNPJ sob nº 28.056.960/0001-92, e Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE sob nº 41213204910, com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negrão, nº 2226, Sala 2, bairro Rebouças, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 23/2017, Lote 2 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 168, de 28 de agosto de 2017, seção 3, página 110, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 2 do Edital do Leilão nº 05/2016 - ANEEL - "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão".

A Empresa tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por: LT 230 kV Guáira - Umuarama 108 km; e SE 230/138 kV Londrina Sul, 3 x 50 MVA.

As Instalações de Transmissão estão localizadas no estado do Paraná, compostas pela Linha de Transmissão Guáira – Umuarama, segundo circuito, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 108 km, com origem na Subestação Guáira e término na Subestação Umuarama Sul; pela SE Londrina Sul, unidades de transformação 230/138 kV, 3 x 50 MVA com unidade reserva; módulos gerais, conexões de unidades de transformação, conexões de capacitores, estrada de linha, interligações de barramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Guáira ainda tem por responsabilidade:

I – A implementação do remanejamento dos reatores 13,8kV na SE Guáira, pela distância aproximada de 400m, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições

e adequações;

II – A implementação de trechos de Linha de Transmissão em 230kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 4,5km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV LT Londrina (ESUL) – Apucarana C1, e Subestação Londrina Sul, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Londrina Sul, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Londrina (ESUL) e Apucarana.

As linhas de transmissão Guaíra x Umuarama entraram em operação comercial em 31 de janeiro de 2021, já a subestação Londrina entrou em operação comercial em 15 de dezembro de 2021, com o Termo de Liberação Provisória, sendo emitido os Termos de Liberação Definitivo no ano de 2022.

Ao final do prazo da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à transmissão de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados.

Estas Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Empresa atua, e representam a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025.

## **NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais compreendem as disposições contidas na legislação societária brasileira, em especial a Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09, bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). ..

As políticas contábeis materiais adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 25 de março de 2026.

## **NOTA 03 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

### **3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

### **3.2 Compensações Entre Contas**

Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

### **3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço.

### **3.4 Ativo da Concessão**

A Guaíra é titular de uma “concessão” e a infraestrutura não será registrada como ativo imobilizado da Empresa porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos

#### **3.4.1 Ativo da Concessão – Indenizável**

A remuneração da Empresa é garantida como um recebível relativo ao direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCPC 05.

O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizados pela Empresa.

A amortização do recebível está de acordo com o prazo final da concessão. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Empresa integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando a base de cálculo da tarifa de prestação de serviço de concessão, o que ocorrer primeiro.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

### **3.4.2 Ativo da Concessão – Não Indenizável**

Estes ativos da concessão estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que não serão indenizados pelo poder concedente.

Os custos do Ativo de Concessão estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com a ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão transferidos à Concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão.

### **3.4.3 Contabilização de contrato de concessão**

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 10, a Empresa efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão.

### **3.4.4 Momento de reconhecimento do Ativo de Concessão**

A Administração da Empresa reconhece os ativos de concessão com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, e as amortizações se iniciam a partir do momento em que os respectivos ativos entrarem em operação.

### **3.4.5 Determinação de amortização periódica dos ativos de concessão oriundos dos contratos de concessão**

A Empresa reconhece o efeito de amortização dos ativos de concessão decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão, após o início das operações.

### **3.5 Receita de aplicação financeira**

A receita de aplicação financeira é reconhecida em base pro rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

### **3.6 Apuração de resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### **3.7 Forma de tributação**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras, sendo aplicados para esta Empresa, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos.

### **3.8 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Empresa liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

### **3.9 Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel.

### **3.10 Intangível**

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzidos da amortização que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel.

### **3.11 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

A preparação de Demonstrações Financeiras de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das Demonstrações Financeiras.

Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são:

- (a) Provisão para perdas de liquidação duvidosa (PCLD);
- (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- (c) *Impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis; e,
- (d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.
- (e) Ativos de Concessão

### **3.12 Mensuração do Valor Justo**

A Empresa mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e,
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Empresa determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

### **3.13. RISCOS**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **3.13.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

### 3.13.2 Gestão de risco financeiro

A companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

**(a) Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

**(b) Aplicações Financeiras:** São classificadas como mantidas para negociação e mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

**(c) Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

**(d) Valor justo:** Não há instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

**(e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

### 3.13.3 Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores.

### 3.13.4 Risco de crédito

A companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos e de suas políticas de crédito e cobrança.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

### 3.13.5 Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

### 3.13.6 Gestão de risco de capital

Os objetivos da companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

### 3.14 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

#### Reforma tributária

A reforma tributária sobre o consumo ("Reforma tributária"), estabelece a substituição de quatro tributos atualmente incidentes sobre o consumo: PIS, COFINS, ICMS e ISS, por dois tributos: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), institui o Imposto Seletivo (IS) (sobre produtos identificados como nocivos à saúde e/ou que causam danos ao meio ambiente), assim como estabelece uma diminuição do campo de incidência do IPI.

Os novos tributos e as novas alíquotas, entram em vigor gradualmente a partir de 1º de janeiro de 2027, com a substituição total dos tributos atuais até 2033.

Potenciais impactos contábeis como reflexo das alterações a serem trazidas pela Reforma tributária, podem incluir:

- **Impostos indiretos acumulados a recuperar:** tributos sobre o consumo (descontinuidade do PIS e da COFINS em 2027, redução gradual do ICMS a partir de 2028 até 2033 e do ISS), serão substituídos por novos impostos (IBS) e contribuições (CBS). Consequentemente, a recuperação destes impostos e o prazo de recuperação podem ser impactados.
- **Tributos diferidos sobre o lucro:** pode impactar na alteração das projeções de geração de lucro tributável futuro das entidades, a partir de 2026. Portanto, pode alterar os valores realizáveis dos ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.
- **Divulgações (estimativas e julgamentos críticos):** considerando a relevância e abrangência das mudanças, assim como julgamentos associados, é importante avaliar divulgações adicionais decorrentes dos reflexos e impactos da Reforma tributária nas demonstrações financeiras impactadas.

Conforme esperado, os potenciais impactos contábeis listados acima não são exaustivos e estão em constante monitoramento pela administração.

#### Tributação de dividendos - Lei no 15.270/25

Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei no 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 2026.

Um ponto relevante da Lei no 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das empresas quanto ao momento de distribuição dos dividendos.

#### NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e bancos conta movimento	16	25
Aplicações financeiras de liquidez imediata	485	7.605
<b>Total</b>	<b>501</b>	<b>7.630</b>

##### (i) Aplicações Financeiras

Banco	Tipo	Liquidez	2.025	2.024
Banco Santander	Renda Fixa	Imediata	-	2
Banco Itaú	Renda Fixa	Imediata	485	7.603
	<b>Total</b>		<b>485</b>	<b>7.605</b>

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Empresa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro, com média de rendimento de 101,78% da CDI no Itaú.

#### NOTA 05 - CLIENTES

	Saldo a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2025	2024
Encargos de uso da rede elétrica	814	163	281	1.258	1.253
<b>Total</b>	<b>814</b>	<b>163</b>	<b>281</b>	<b>1.258</b>	<b>1.253</b>

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão. O saldo de clientes está demonstrado em Reais – R\$.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Empresa, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

#### **NOTA 06 - IMPOSTOS A RECUPERAR**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
IRRF Retido	57	128
CSLL Retida	23	23
Pis Retido	9	9
Cofins Retida	72	72
<b>Total</b>	<b>161</b>	<b>232</b>

#### **NOTA 07 - ESTOQUES**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Estoque	1.577	1.577
<b>Total</b>	<b>1.577</b>	<b>1.577</b>

Refere-se a estoque de materiais sobressalentes com peças para reposição específicos, vinculados às características do projeto.

NOTA 08 - ATIVO DA CONCESSÃO

**Síntese da movimentação do ativo da concessão**

Ativo da Concessão	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2024					31/12/2025		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Adições	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativo da Concessão	2% a 6,67%	176.310	(32.724)	143.586	-	(4.884)	176.310	(37.608)	<b>138.702</b>
		<b>176.310</b>	<b>(32.724)</b>	<b>143.586</b>	<b>-</b>	<b>(4.884)</b>	<b>176.310</b>	<b>(37.608)</b>	<b>138.702</b>

**Síntese da movimentação do ativo da concessão**

Ativo da Concessão	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2023					31/12/2024		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Adições	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativo da Concessão	2% a 6,67%	176.310	(27.403)	148.907	-	(5.321)	176.310	(32.724)	<b>143.586</b>
		<b>176.310</b>	<b>(27.403)</b>	<b>148.907</b>	<b>-</b>	<b>(5.321)</b>	<b>176.310</b>	<b>(32.724)</b>	<b>143.586</b>

	2025	2024
Ativo da Concessão - Circulante	30.787	30.249
Ativo da Concessão - Não	107.915	113.337
<b>Total</b>	<b>138.702</b>	<b>143.586</b>

A concessão da **GUAÍRA Transmissora de Energia Ltda.** está classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Empresa é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de performance de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto para Pessoa Jurídica -IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, que estão registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

A **Guaira Transmissora de Energia Ltda.** realizou a implementação do remanejamento dos reatores 13,8kV na SE Guaira, pela distância aproximada de 400m, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações; a implementação de trechos de Linha de Transmissão em 230kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 4,5km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV LT Londrina (ESUL) – Apucarana C1, e Subestação Londrina Sul, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Londrina Sul, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Londrina (ESUL) e Apucarana, os quais foram doados conforme prevê o contrato de concessão para a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, no valor total de R\$ 20.526, o qual está incluído no total apresentado do Ativo de Concessão.

## NOTA 09 - ATIVO INTANGÍVEL

### Síntese da movimentação do ativo intangível

Intangível	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2024			31/12/2025			
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Software	20,00%	205	(90)	115	(34)	205	(124)	81
		<b>205</b>	<b>(90)</b>	<b>115</b>	<b>(34)</b>	<b>205</b>	<b>(124)</b>	<b>81</b>

### Ano Anterior

Intangível	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2023			31/12/2024			
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Software	20,00%	205	(55)	150	(35)	205	(90)	115
		<b>205</b>	<b>(55)</b>	<b>150</b>	<b>(35)</b>	<b>205</b>	<b>(90)</b>	<b>115</b>

## NOTA 10 – FORNECEDORES

	Saldo a vencer em 30 dias	2025	2024
Fornecedores	244	244	257
<b>Total</b>	<b>244</b>	<b>244</b>	<b>257</b>

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados às atividades da Empresa. O saldo de fornecedores está demonstrado em Reais – R\$.

## NOTA 11 - OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2025	2024
IRPJ a Recolher	267	265
CSLL a recolher	137	133
Pis a recolher	23	22
Cofins a Recolher	107	100
Outros	49	4
<b>Total</b>	<b>583</b>	<b>524</b>

## NOTA 12 - OBRIGAÇÕES COM QUOTISTAS

	2025	2024
Dividendos/Lucros propostos	-	5.545
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>5.545</b>

O montante de R\$ 5.545, refere-se aos dividendos aprovados do exercício de 2023, liquidados durante o exercício de 2025. Em 30/12/2024 através da ATA de Assembleia Geral Extraordinária a Empresa deixou de ser uma empresa "S.A." e transformou-se em uma empresa "LTDA".

## NOTA 13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

	2025	2024
F.N.D.C.T. (a)	80	67
MME	105	98
CDE	-	77
P&D	613	352
<b>Total</b>	<b>798</b>	<b>594</b>

(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

Os recursos destinados à Pesquisa e Desenvolvimento – P&D começarão a serem aplicados no exercício de 2024.

## NOTA 14 - OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS

	2025	2024
Ativo da Concessão - Circulante	30.787	30.249
Ativo da Concessão - Não Circulante	107.915	113.337
<b>Total</b>	<b>138.702</b>	<b>143.586</b>

  

IRPJ Diferido	3.141	3.252
CSLL Diferida	1.131	1.171
Pis Diferido	902	933
Cofins Diferido	4.161	4.307
<b>Total</b>	<b>9.335</b>	<b>9.663</b>

As obrigações fiscais diferidas são calculadas pelas diferenças temporárias sobre o ativo da concessão. O impacto no resultado de 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 151 (R\$ 163 em 31 de dezembro de 2024). As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração

dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto para Pessoa Jurídica -IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, detalhamento do Ativo de Concessão, ver nota explicativa 08.

#### **NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Capital Social subscrito e integralizado é de O faturamento não possui segregação por tipo; porém, com base no cálculo realizado e validado pela PwC, foi possível identificar e apurar as receitas por tipo e classificar nas devidas linhas.R\$ 85.000.000 (Oitenta e cinco milhões de reais), dividido em 85.000.000 (Oitenta e Cinco milhões) quotas sem valor nominal.

As Reservas de Lucro foram constituídas com o objetivo de reter parte dos lucros gerados pela empresa, visando fortalecer sua posição financeira e garantir maior flexibilidade para enfrentar futuras necessidades de investimentos ou contingências, está medida visa fortalecer sua estrutura de capital e lidar com eventuais desafios econômicos, sempre com o objetivo de preservar sua saúde financeira a longo prazo.

#### **NOTA 16 - REMUNERAÇÃO DOS ATIVOS DA CONCESSÃO, LÍQUIDA**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita de Construção	-	663
Receita de O&M	7.747	4.984
Receita Financeira	28.541	29.226
<b>Receita Bruta Operacional</b>	<b>36.288</b>	<b>34.873</b>
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Pis	(237)	(232)
Cofins	(1.096)	(1.069)
Encargos Setoriais	(394)	(447)
<b>(-) Deduções da Receita</b>	<b>(1.727)</b>	<b>(1.748)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>34.561</b>	<b>33.125</b>

#### **NOTA 17 – CUSTOS OPERACIONAIS**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Amortização Ativo de Concessão	(4.884)	(2.661)
Serviços de O&M	(451)	(84)
<b>Total Custos Operacionais</b>	<b>(5.335)</b>	<b>(2.745)</b>

## NOTA 18 - GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Assessorias e Consultorias	-	(20)
Despesas Legais	(290)	(75)
Energia Elétrica	(63)	(79)
Telecomunicações	(18)	(33)
Advogados	(6)	-
Outras Gerais e Administrativas	(45)	(21)
<b>Total Gerais e Administrativas</b>	<b>(422)</b>	<b>(228)</b>

## NOTA 19 - RESULTADO FINANCEIRO

<b>Receitas Financeiras</b>	2025	2024
Rendimentos de Aplicações Financeiras	134	637
Descontos Obtidos	230	40
Outras Receitas Recebidas	253	10
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>617</b>	<b>687</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
(-) Despesas Bancárias	(65)	(111)
(-) Juros de Mora - Títulos	-	(1)
(-) Variações Monetárias	(81)	(37)
(-) Amortização do Ajuste a Valor Presente	(357)	(389)
<b>(-) Despesas Financeiras</b>	<b>(503)</b>	<b>(538)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>114</b>	<b>149</b>

## NOTA 20 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A administração da Empresa, amparada na opinião dos assessores jurídicos, estima que não há provisões para contingências a serem constituídas ou divulgadas para cobrir eventuais perdas com processos judiciais em 2025.

## NOTA 21 – RECONCILIAÇÃO DA ALÍQUOTA EFETIVA DE IRPJ E CSLL

A Companhia é tributada com base no regime de lucro presumido, no qual a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é determinada mediante a aplicação de percentuais de presunção sobre a receita bruta, conforme legislação vigente.

Para fins de análise gerencial e atendimento às práticas de divulgação requeridas, a Companhia apresenta a reconciliação entre a despesa tributária calculada com base nas alíquotas nominais e os valores efetivamente reconhecidos no resultado:

<b>Descrição</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Remuneração de Transmissão	41.404	40.950
Base presumida IRPJ (8%)	3.312	3.276
Base presumida CSLL (12%)	4.968	4.914
Outras Receita Obtidas	617	687
<b>Base presumida IRPJ</b>	<b>3.929</b>	<b>3.963</b>
<b>Base presumida CSLL</b>	<b>5.585</b>	<b>5.601</b>
IRPJ (15%)	589	594
IRPJ (10%)	369	372
CSLL (9%)	503	504
<b>Despesa total de IRPJ e CSLL</b>	<b>1.461</b>	<b>1.470</b>
<b>Alíquota efetiva sobre a receita (%)</b>	<b>3,53%</b>	<b>3,59%</b>

No regime de lucro presumido, diferentemente do lucro real, não há uma reconciliação direta entre o resultado contábil e a base tributável, uma vez que os tributos são apurados com base em margens de presunção definidas pela legislação fiscal.

Dessa forma, a alíquota efetiva observada decorre da aplicação combinada das alíquotas de 15% para o IRPJ e 9% para a CSLL sobre as bases presumidas de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente.

A Administração entende que a carga tributária apurada reflete adequadamente o regime fiscal adotado pela Companhia, não havendo diferenças relevantes a serem reconciliadas entre a base contábil e fiscal, exceto aquelas inerentes ao próprio modelo de tributação presumida.

## **NOTA 22 - COMPROMISSOS**

Sociedade possui compromissos contratuais assumidos no âmbito dos contratos de concessão, os quais estabelecem obrigações relacionadas, principalmente, à realização de investimentos, à operação e manutenção da infraestrutura concedida, bem como ao atendimento de níveis mínimos de qualidade e disponibilidade dos serviços prestados.

Na data-base das demonstrações financeiras, a Administração avalia que a Sociedade possui capacidade operacional e financeira para cumprir os compromissos assumidos nos contratos de concessão vigentes, não sendo identificadas situações que possam comprometer a continuidade do cumprimento dessas obrigações.

\* \* \*